

Brasil faz acordo para pagamento de juros atrasados

BRASÍLIA — O governo brasileiro e os bancos credores fecharam ontem, depois de seis meses de negociação, os termos de um acordo para o pagamento de cerca de US\$ 8 bilhões em juros atrasados da dívida externa. Os pontos principais do acordo prevêem que o governo pagará, até o final deste ano, um máximo de US\$ 2 bilhões em dinheiro e que o restante será convertido em bônus com dez anos de prazo. O presidente Fernando Collor manifestou sua satisfação ontem à tarde, durante reunião no Palácio do Planalto. “Este é um dia importantíssimo para o Brasil. Valeu a pena a persistência e a perseverança dos nossos negociadores”, comemorou.

O acordo sobre os atrasados não resolve todos os problemas do Brasil com a dívida externa. É apenas o primeiro passo para que o governo possa começar, agora, a discutir com os credores a reestruturação do total de US\$ 52 bilhões que o setor público deve aos bancos privados. Essa etapa — a mais difícil — começará tão logo o Senado Federal dê seu aval às condições estabelecidas ontem para o pagamento dos juros acumulados até dezembro do ano passado. Ontem mesmo o ministro interino da Economia, João Maia, telefonou ao presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), para comunicar que o acordo estava fechado e que seus termos estavam sendo encaminhados ao Congresso.

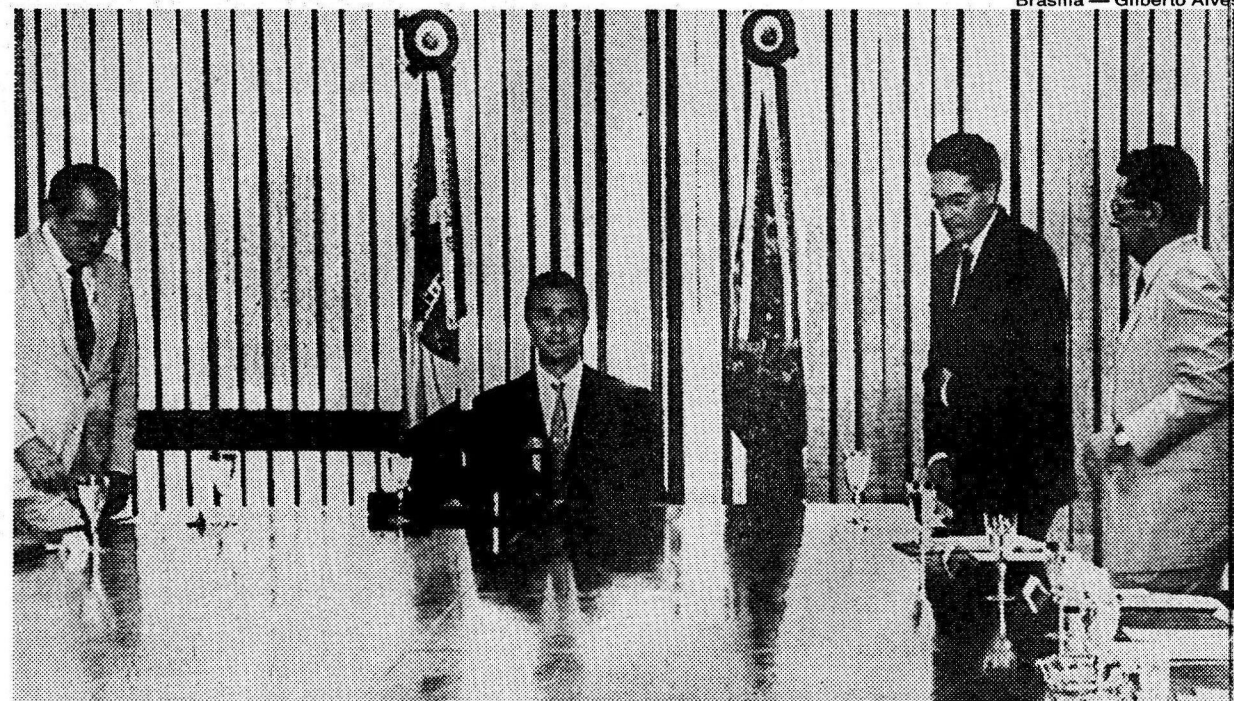
Em nota, João Maia considerou “muito positivos” os termos do

acordo, que “atendem as necessidades cambiais e fiscais do país” — ou seja, o parcelamento dos pagamentos em dinheiro preservará as reservas internacionais do país, atualmente de US\$ 8,5 bilhões. E o sistema de pagamentos em valores crescentes, acertados para os bônus, dará uma folga ao setor público, responsável por 90% da dívida externa junto aos bancos, ao longo dos primeiros anos de vigência do acordo. Além disso, o governo considerou como um avanço significativo algumas das condições acertadas nas negociações com os banqueiros.

Pressão — A primeira delas é o entendimento de que os bônus, pelos quais serão reescalados 75% dos juros atrasados, só serão emitidos pelo governo brasileiro quando houver um acordo sobre a dívida global. Foi estabelecido, assim, um vínculo entre as duas etapas da negociação, como o governo desejava. Em segundo lugar, durante um certo período esses bônus terão taxas de juros fixas, ou taxas flutuantes, segundo as condições de mercado, mas com tetos máximos e mínimos de variação. Os bancos poderão optar por um dos dois tipos de bônus. Em qualquer caso, será mais fácil prever os desembolsos futuros da dívida externa, preservando as contas externas do país de possíveis variações bruscas do mercado, como aquelas que ocorreram no início dos anos 80, quando explodiu a crise da dívida dos países em desenvolvimento.

Foi justamente a questão dos juros dos bônus que esteve sob intenso bombardeio do governo dos Estados Unidos durante as últimas semanas. Sob pressão da Casa Branca e de países aliados dos americanos, como o Japão e a Alemanha, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) suspendeu há 15 dias a liberação de um empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil, já aprovado pelos escalões técnicos da instituição. O subsecretário do Tesouro americano, David Mulford, não escondeu que a suspensão foi uma maneira de pressionar o Brasil a fechar rapidamente um acordo com os credores.

No último fim de semana, durante a reunião anual do BID no Japão, Mulford chegou a ter um áspero diálogo com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, sobre o assunto. O estabelecimento de taxas fixas ou limites máximos para os juros foi o ponto mais difícil da discussão com os credores. O esquema nunca foi bem aceito pelos bancos e foi o último ponto a ser resolvido na mesa de negociações. João Maia considerou, porém, que o fechamento de um acordo dias depois da presença manifesta do governo americano foi apenas uma coincidência. “Essa posição do BID é inaceitável, e o governo espera que ela seja reconsiderada. O BID não pode ser usado como instrumento de pressão política”, afirmou.



Collor, com Passarinho e Maia, comemorou o acordo: “Valeu a persistência”